

## **Proposta de Resolução ao 3º Congresso do Partido dos Trabalhadores\***

### ***Por um Brasil de mulheres e homens livres e iguais***

#### ***[A] O Brasil que Queremos***

O PT propõe um programa às mulheres brasileiras baseado na necessidade de reconhecer que elas são vítimas de opressão específica que determina a situação e o papel que a mulher ocupa na sociedade.

O PT compreende que, além das desigualdades de classe, as mulheres estão submetidas a relações opressoras, que se expressam, por exemplo, numa rígida e injusta divisão de trabalho e de papéis sociais vigentes em todas as esferas da sociedade: econômica, política, social e ideológica.

A eliminação das discriminações em relação às mulheres tem como ponto de partida o debate no campo ideológico, político, cultural e histórico acerca da situação de subordinação a que estão submetidas. Seu combate exige que o PT proponha um conjunto de ações ousadas para que incidam de fato sobre a opressão vivida pelas mulheres;

A sociedade brasileira é marcada pelas profundas desigualdades sociais e econômicas e pela exclusão cultural e política das mulheres, mais crítica é a situação quando se trata das mulheres negras, jovens e de camadas populares. À relativa posição de inferioridade das mulheres se somam os preconceitos de raça, de etnia, de grau de escolaridade, de faixa etária, de orientação sexual etc., de tal modo que, mesmo entre as mulheres, se observam desigualdades imensas;

A cidadania das mulheres continuará sendo de segunda categoria enquanto milhares de mulheres forem espancadas em suas próprias casas, enquanto seus salários forem em média 30% menores do que os dos homens ocupando funções equivalentes, enquanto o desrespeito e o assédio sexual estiverem presentes nas relações de trabalho, enquanto elas não tiverem assegurado o direito à creche, à saúde integral nas diferentes fases de sua vida e enquanto não tiverem autonomia sobre seu corpo e sua sexualidade;

Neste sentido, o reconhecimento de todas estas formas de desigualdade e a necessidade de enfrentá-las coloca para o PT o desafio de buscar, por intermédio da luta por políticas públicas permanentes – ou seja, políticas de Estado – os mecanismos que permitam promover condições de igualdade às mulheres, seja de no mercado de trabalho, na educação profissional e na vida social, política e econômica;

As formas da discriminação e da desigualdade que penalizam as mulheres colocam a necessidade de democratização radical do Estado e do fortalecimento da participação popular que inclua, de forma decisiva, a participação política das mulheres.

Para enfrentarmos esta situação e para consolidar o projeto do "Brasil que Queremos" é fundamental reafirmar os princípios e diretrizes que norteiam nosso programa político em relação às mulheres, e que deverão estar expressos nas ações do Poder Executivo nas diferentes esferas em que os/as integrantes do partido estiverem presentes; no Poder Legislativo nossa ação deve objetivar o avanço do arcabouço de leis para que os direitos das mulheres sejam assegurados.

---

\* Esta Proposta se baseia em documentos aprovados/apresentados nos Congressos Estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás.

Devemos estimular a ação de nossas militantes junto aos movimentos de mulheres e feministas e demais movimentos sociais (respeitando a autonomia dos mesmos) para que as mulheres estejam a frente da luta por direitos e igualdade.

O esforço do PT nas diferentes frentes de atuação é lutar, propor, elaborar, formular e implantar políticas públicas de caráter permanente, apontando para construção de políticas de Estado, que possam incidir concretamente na situação das mulheres.

Sem dúvida, o primeiro mandato do presidente LULA avançou significativamente a partir da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de ministério e com orçamento próprio, articulando, elaborando e implementando políticas que incidem diretamente na melhoria de vida das mulheres rumo à construção da igualdade de gênero. Outro aspecto importante foi a realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, que contaram com ampla representação e presença das mulheres de todos os estados brasileiros;

Para garantirmos o avanço nas demais esferas e níveis da gestão do Estado, assegurando, assim, um Brasil que tenha como uma de suas prioridades a construção da igualdade entre mulheres e homens, é fundamental que o PT aprove como uma de suas diretrizes políticas a elaboração de programas de governo para os executivos municipais e estaduais que contemplem sempre a constituição de mecanismos de políticas para as mulheres nos moldes do governo federal. Esses mecanismos de governo (Secretarias de Políticas para as Mulheres) devem constituir-se como mecanismos de articulação e elaboração das políticas, com orçamento e estruturas próprias para desempenhar tais responsabilidades;

Estes mecanismos são extremamente importantes para que possamos solidificar o processo construído pelo governo LULA e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, legitimando e reafirmando os compromissos com as deliberações das Conferências Nacionais, assegurando, assim, diretrizes comuns a todas as instâncias de governo, tais como:

- autonomia econômica;
- direito à saúde, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos;
- educação inclusiva e não sexista;
- direito a uma vida sem violência e discriminações;
- acesso e participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão;

Há muito ainda por fazer, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Temos claro que em muitas administrações petistas, nos estados e municípios, as políticas para as mulheres ainda são ações pontuais e tímidas. O PT pode e deve fazer muito mais para combater a desigualdade e a opressão das mulheres;

É nesta perspectiva que o PT, através de sua Secretaria defende e reafirma seu compromisso com políticas e ações, hoje incorporadas pelo governo federal, que representam as principais bandeiras de lutas dos movimentos de mulheres e feministas, e que são extremamente significativas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres:

- defesa do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, implementando, assim, um sistema nacional de política para as mulheres;
- defesa do Plano Nacional de Combate e Erradicação da Violência contra a Mulher e de todas as discriminações, como a de orientação sexual, de raça/etnia, de idade, de religião, etc.;

- defesa do Plano Nacional de Planejamento Familiar, contribuindo para a autonomia das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade;
- defesa da autodeterminação das mulheres e da descriminalização do aborto e regulamentação do atendimento de todos os casos no serviço público, evitando assim a gravidez não desejada e a morte de centenas de mulheres, na sua maioria pobres e negras, em decorrência do aborto clandestino e da falta de responsabilidade do Estado no atendimento adequado às mulheres que assim optarem;
- defesa do direito à creche e equipamentos sociais para que o trabalho doméstico seja assumido pelo conjunto da sociedade;
- defesa da ampliação do salário mínimo;
- defesa da construção de novas relações de trabalho e geração de renda, pautados pelos princípios da igualdade de oportunidades;
- defesa de medidas para ampliação e promoção da igualdade de raça/etnia;
- defesa do controle social da mídia, em especial, no que diz respeito à imagem da mulher veiculada nos diferentes veículos de comunicação;
- defesa da equiparação salarial para trabalho igual entre mulheres e homens;

No conjunto de tarefas que apresentamos devemos enfatizar a Reforma Política. É necessária uma reforma que promova o aumento da representação das mulheres nas esferas de poder. Neste sentido, defendemos a paridade de homens e mulheres na lista de candidaturas, na distribuição de recursos de campanha, nos programas e propagandas eleitorais, enfim uma série de ações que corrijam a sub-representação das mulheres na política, tal como existe ainda hoje.

Dessa forma, o PT apontará para a construção do Brasil que queremos com coerência de propostas e ações de governo, nas suas diferentes esferas, com base nos instrumentos e bandeiras que marcaram a luta das mulheres petistas e dos movimentos de mulheres e feminista, e que orientam a nossa militância e os/as nossos/as parlamentares na defesa de avanços já iniciados pelo Governo LULA.

### **[B] Socialismo e Feminismo**

1. Desde sua fundação o PT incorporou as bandeiras de luta dos movimentos sociais. Isso não foi diferente com o movimento de mulheres e com a incorporação do feminismo. O socialismo petista incorpora o feminismo como elemento fundamental de transformação da sociedade. A luta feminista é, necessariamente, anticapitalista uma vez que desafia as estruturas do sistema que tem séculos de história de opressão das mulheres a partir das diversas dimensões da vida social, política, econômica e cultural;

2. A opressão das mulheres é anterior ao capitalismo, mas foi apropriada por este. Essa forma de opressão está articulada com a dominação de classe e de raça. As mulheres são diretamente responsáveis pela reprodução da força de trabalho na dimensão biológica, mas também, na dimensão social, afinal, conforme a divisão sexual do trabalho, são elas as responsáveis por garantir a manutenção das bases de reprodução da vida social, seja no trabalho doméstico, seja no cuidado com os filhos e com os familiares idosos. Não podemos esquecer do constante processo de mercantilização do corpo das mulheres, da violência e exploração sexual, das desigualdades e discriminações nas relações de trabalho, das desigualdades de raça/etnia. Violências estas que expressam as diferentes formas de opressão e subordinação das mulheres;

3. O PT e a militância feminista de nosso partido introduziram no debate sobre a construção de um projeto político socialista libertário o efetivo questionamento entre o público e o privado, a defesa e a reivindicação do estatuto político das

questões consideradas privadas, o questionamento das relações de poder e a idéia efetiva da construção da igualdade entre mulheres e homens;

4. As conquistas e também os retrocessos mostram que o III Congresso do PT é o momento de reafirmar os compromissos, de reafirmar nossas concepções ideológicas e práticas militantes. Portanto, nossa prática partidária, seja nos espaços de poder e de decisão, na construção e definição da política partidária e do projeto do Brasil que queremos, seja na construção de uma sociedade socialista, deve sempre ter como pressuposto que, para construirmos uma sociedade socialista, a perspectiva e os pressupostos feministas devem estar contemplados. Daí retomarmos nossa palavra de ordem quando do início da organização das mulheres do PT: **não há socialismo sem feminismo!**

### ***[C] Construção Partidária e a Organização das Mulheres***

1. Desde a sua fundação o PT tem na sua estrutura organizativa os Setoriais e Secretarias como um importante espaço de organização de seus filiados e suas filiadas para a elaboração e construção de suas de políticas, intervenção e atuação do partido junto aos movimentos sociais e na elaboração de políticas públicas;

2. As questões relacionadas à construção da igualdade entre mulheres e homens e o combate a todas as formas de discriminações sempre foram entendidos e incorporados como elementos estruturantes para a análise e a construção de uma sociedade socialista;

3. Nesta perspectiva, as Secretarias de Mulheres (Municipais, Estaduais e Nacional), desde sua criação, cumprem importante papel de organização das filiadas no PT e de sua atuação nos movimentos sociais, em especial, no movimento de mulheres/feminista, bem como, representam um importante instrumento para fortalecimento da perspectiva feminista na construção da sociedade socialista;

4. Dessa forma, consideramos fundamental o aprofundamento da relação do PT – Secretaria de Mulheres – e o movimento de mulheres, essa combinação de esforços é fundamental para consolidarmos nossos avanços, no campo partidário e social, no enfrentamento das desigualdades;

5. O PT foi o primeiro partido a instituir nas suas direções as cotas mínimas para a presença das mulheres nos espaços de decisão e tem sido uma referência para os demais partidos democráticos e de esquerda em nosso país;

5. Para avançar nas conquistas e construir de fato a igualdade entre homens e mulheres é necessário que façamos algumas mudanças a fim de atualizar o Estatuto do Partido com relação à participação das mulheres nas disputas eleitorais e partidárias. Propomos, então, que o PT mais uma vez reafirme suas posições no que se refere a:

- a) importância e necessidade de, em todas as instâncias da direção partidária, assegurar as cotas de mulheres e o conjunto de ações afirmativas já aprovadas em encontros anteriores, reafirmando assim o compromisso do partido com a construção da equidade e igualdade;
- b) construção de mecanismos de controle e punição para as instâncias que não cumprirem esta resolução, assim como as demais já aprovadas;
- c) modificação do procedimento de eleição das delegações aos encontros e congressos do Partido, de modo que seja respeitada a cota de, no mínimo,

30% de mulheres, seguindo a mesma orientação para a eleição das direções partidárias;

- d) assegurar que as Secretarias municipais, estaduais e nacional de mulheres tenham condições e estrutura para:
- ampliar a organização das mulheres do PT;
  - motivar e organizar a atuação das mulheres petistas junto ao movimento de mulheres/feminista;
  - propor políticas públicas permanentes para subsidiar os programas de governo e o acompanhamento das mesmas;
- e) destinar um percentual de, no mínimo, 50% dos recursos recebidos do Fundo Partidário para serem utilizados no estímulo à participação política das mulheres;
- f) destinar um percentual de, no mínimo, 50% do tempo de televisão nos programas anuais do Partido para falar do trabalho desenvolvido pelas diversas instâncias partidárias, parlamentares, governos municipais e estaduais e pelo governo federal, com relação às mulheres;
- g) destinar um percentual de, no mínimo, 50% do tempo de televisão dos horários eleitorais gratuitos em tempo de eleições às candidatas mulheres;
- h) garantir o cumprimento da resolução sobre reforma política, já aprovada pelo DN, que aponta para listas fechadas com 50% de mulheres e 50% de homens de forma intercalada;
- i) proposta de reforma setorial partidária em que se privilegie os movimentos sociais com maior acúmulo de luta, no sentido de garantir-lhes voz e voto na composição do DN.

**Secretaria Nacional de Mulheres do PT**

São Paulo, 13 de agosto de 2007.